

Ralph Miliband

Socialismo & ceticismo. Trad. Ivone Benedetti. Bauru, SP: Edusc;
São Paulo: Unesp. 200. 295 p.
Caio Navarro de Toledo (professor do IFCH, Unicamp).

I. Publicado poucos meses após o falecimento de Ralph Miliband, ocorrido em maio de 1994, *Socialismo & ceticismo* pretende ser uma “argumentação racional em defesa do socialismo”. Nos anos seguintes ao desmoronamento da URSS e ao colapso dos “regimes comunistas”, setores conservadores, liberais e de esquerda, por razões diversas, vieram a questionar ainda mais radicalmente a validade e a pertinência do socialismo. Observa o autor que o “conservadorismo epistêmico”, outrora característica essencial do pensamento de direita, passou agora a predominar também no seio da intelectualidade e da política de esquerda. Para os autores afinados com os chamados pós-marxismo, pós-modernismo e pós-estruturalismo, o *socialismo* – como qualquer outra “metassaga” que admita uma radical e total transformação da realidade social – nada mais seria do que uma perigosa ilusão, devendo, pois, ser recusado radicalmente. De outro lado, o pensamento dos liberais e dos conservadores convergem quando – proclamando o “fracasso do comunismo” – decretam que o capitalismo e sua democracia, apesar de todos os seus defeitos, seriam infinitamente preferíveis ao socialismo.

O autor busca demonstrar – numa direção semelhante àquela empreendida pelos trabalhos de Alec Nove (que difundiu a noção “socialismo possível”) – que o socialismo deve ser concebido como uma nova ordem social, inteiramente exequível no mundo atual, “cuja realização é um processo que pode se estender por várias gerações”, passível até de nunca se concluir (sic). Em nome do *realismo*, o marxista inglês vai abdicar da idéia de uma sociedade comunista, em favor de um socialismo nunca acabado, pois sujeito a permanentes mudanças e aperfeiçoamentos. Um socialismo como concepção-limite.

II. A argumentação de Miliband se constrói em torno de duas proposições distintas e autônomas, mas que deveriam se vincular: a) *o capitalismo é um obstáculo estrutural à resolução dos males produzidos por seu próprio desenvolvimento*; b) *o socialismo pode se constituir na alternativa real às contradições inerentes ao desenvolvimento capitalista*.

É inegável o apelo que o autor faz às categorias éticas no questionamento à sociabilidade instaurada pelo capitalismo. Em todo seu estudo, nunca se utili-

za dos conceitos da crítica da economia política para revelar os limites, os impasses e as crises estruturais a que está sujeito o desenvolvimento econômico e social sob a lógica do capital. Mas isto não significa que sua análise tenha um caráter moralizante ou idealizante*. *Socialismo & ceticismo* passa a se constituir num texto mais instigante e controverso quando busca delinear as características econômicas, sociais e políticas do “socialismo factível” e das exigências e problemas que poderão implicar a sua realização histórica. Não deixando de reconhecer as conquistas alcançadas pelos regimes Comunistas – particularmente, nos seus primeiros anos, nos campos do crescimento econômico, tecnológico, educacional, saúde etc. –, o autor adverte que o socialismo não pode ser confundido com tais regimes. Tomando como contra-exemplo os regimes Comunistas**, Miliband busca então esclarecer o que o “socialismo não deve ser”. O “modelo” de regime Comunista tinha, a seu ver, duas principais características: de um lado, uma “economia de comando extremamente centralizada”, com um sistema abrangente de planejamento minucioso e coercitivo; de outro, um sistema político controlado pelo Partido Comunista que detinha o monopólio do poder sobre o conjunto da sociedade. Distinguindo-se, pois, dos regimes Co-

munistas, o socialismo – a partir das propostas contidas nos escritos dos clássicos do marxismo – apresentaria três temas nucleares: “democracia, igualitarismo e socialização de uma parte predominante da economia”.

Adverte, no entanto, que “o socialismo, mesmo numa versão sóbria, demorará muito ainda para vir ao mundo”. Assim, de princípio, o autor abandona a clássica noção de Comunismo, como “etapa superior do socialismo”; para ele, deve-se buscar um “igualitarismo aproximado”. É possível e razoável propugnar a eliminação das desigualdades mais flagrantes em todas as esferas da existência social (renda, riquezas, poder e oportunidades), mas não a “igualdade perfeita”. Diante da clássica objeção de *reformismo social-democrata*, o autor argumenta que não se trata de melhorar nem aperfeiçoar a ordem capitalista. Visa-se transformar em profundidade a economia e a democracia através de um processo, lento e difícil, sujeito, inclusive, a retrocessos e desvios de rumos, se as circunstâncias e a correlação de forças sociais assim o exigirem.

III. Nos capítulos iniciais de seu livro, Miliband esboça as tarefas de um governo comprometido efetivamente com esse processo radical de transformações. No plano político, defende a *radicalização*

* Embora não seja aqui o lugar para tematizar o assunto, é de se indagar se os marxistas, no exame crítico do capitalismo e na discussão sobre o socialismo e o comunismo, podem prescindir de noções de natureza ética e ideológica. Se a análise científica é pressuposto e condição decisiva, a luta anticapitalista, no entanto, não se realiza apenas através de conceitos rigorosos e precisos. Valores, ideais e sentimentos mobilizam homens e mulheres em suas lutas políticas e sociais.

** Com C maiúsculo, como faz questão de anotar e esclarecer: “Comunismo não tem, acredito, nenhuma relação com o que Marx entendia por comunismo, tipo de sociedade distante no tempo marcada por abundância, igualdade e harmonia”.

da democracia; no entanto, não explora as possibilidades das propostas contidas em trabalhos clássicos do marxismo, tais como a democracia dos conselhos, a fusão dos órgãos executivos e legislativos, a imperatividade dos mandatos e a sua revocabilidade *ad nutum* etc. O autor entende que o socialismo deve ampliar e aprofundar as instituições existentes na democracia capitalista. Enquanto no capitalismo o Estado é um obstáculo decisivo na consecução de reformas que ponham em risco as estruturas de poder e privilégio, o governo socialista deve ser democrático, mas suficientemente *forte* para propor e conduzir as mudanças que seu programa expôs publicamente à sociedade. Reforma da administração da justiça (rápida e barata), democratização da administração pública (eleição de juízes, dos chefes de polícia, dos altos e médios escalões da burocracia pública), reformas políticas e eleitorais que permitiriam a constituição de governos colegiados (instituição do princípio da “liderança coletiva”) e maior representatividade do eleitorado popular, fortalecimento do executivo a fim de poder lidar contra ações de grupos que atentem contra a ordem constitucional etc. são propostas defendidas pelo autor. Ressalta também a necessidade de profundas mudanças na estrutura e controle dos meios de comunicação. Admitindo-se a existência de um setor de cooperativas e de um setor privado, entende que o setor público – “com alto grau de autonomia” – deveria ter nítida primazia na gestão dos meios de comunicação de massa.

Estamos no reino das boas intenções? indaga o próprio autor. Certamente, desde que se acredite na possibilidade dessas mudanças em plena ordem capi-

talista. Os socialistas, ao contrário, partem da premissa de que a construção da democracia socialista será impossível enquanto os principais instrumentos de atividade econômica estiverem sob controle privado.

IV. No plano econômico, o governo socialista teria “uma forte vocação intervencionista”. Contrapondo-se ao consenso neoliberal que contagiou amplos setores da auto-intitulada “esquerda democrática”, Miliband afirma que se deve buscar uma contínua transferência de empresas do setor privado para o público. Da mesma forma, isso deveria ocorrer com o sistema bancário e as instituições financeiras, pois, adverte, “não pode ser considerada democrática a sociedade cujas decisões financeiras cruciais sejam tomadas por pequenos grupos sem nenhuma credencial democrática, cuja principal preocupação é a lucratividade das instituições que comandam, gozando de notável grau de liberdade em relação à ‘interferência’ governamental”. O autor mostra como foi avassaladora e eficiente a campanha ideológica anti-socialista – favorecida pelas experiências dos regimes Comunistas – sobre a “ineficiência”, “irracionalidade” e “obsolescência” das empresas públicas. Tomando como exemplo os países asiáticos, em particular o caso do Japão, argumenta Miliband que os traços (negativos) acima não são inerentes à empresa pública. Valendo-se de alguns estudos sobre a propriedade pública em países da Europa ocidental, pode-se argumentar que as empresas de propriedade estatal podem ser tão eficientes quanto as empresas do setor privado.

O objetivo é alcançar a socialização de uma parte predominante dos meios

de atividade econômica, ao lado da expansão de um importante setor cooperativo e de um setor privado de pequenas e médias empresas (fornecimento de bens, prestação de serviços e lazer). Mas, deve-se estar advertido de que um programa substancial de *socialização* (ou *desprivatização*) apresentará muitas resistências. Um governo socialista precisa pensar a longo prazo e encarar a socialização como um processo demorado, realizado com planos bem traçados e flexíveis.

A exigência de flexibilidade leva o autor a admitir a combinação de planejamento (planos *impositivos* e *indicativos*) e forças de mercado. O planejamento preconizado implicaria a “proposta de metas para setores-chaves da economia, abrangendo infra-estrutura, serviços públicos e outros elementos importantes do processo produtivo, com a oferta também de formação profissional, educação e vários tipos de serviço”. Sem maior justificação teórica, no entanto, admite a presença do mercado desempenhando um papel secundário na economia, pois a submissão da sociedade às forças de mercado, pondera, equivaleria à abdicação do governo “à responsabilidade pela decisão quanto ao que precisa ser feito pelo bem comum e pela obtenção de justiça social”. Adotando a noção de “*desmercadoização*”, acredita que no socialismo a “área de *desmercadoização*” (como propõe Nove, “saúde, educação, habitação, correios, transporte público urbano, proteção ambiental, água, iluminação etc.”) deveria ser gradativamente ampliada; mas esclarece que isso não deve implicar uma “ditadura sobre as necessidades”, posto que a “*desmercadoização*” não é incompatível com a oferta de bens e serviços que se submetem ao mercado.

O princípio organizador de uma economia socializada seria a satisfação das necessidades individuais e coletivas, sendo as prioridades definidas democraticamente. A exploração não teria lugar na empresa pública e no setor de cooperativas; persistiria remanescente no setor privado, mas estritamente controlada. Obtenção do pleno emprego, encurtamento da semana de trabalho, diminuição da idade de aposentadoria, proliferação dos serviços etc. seriam prioridades do governo socialista. A libertação da sociedade da dominação do capital é a condição essencial para a criação de uma ordem social que torne possível um grau de cooperação e harmonia inatingível no capitalismo.

V. Sendo decisiva a participação popular para o avanço e a consolidação do projeto socialista, afirma Miliband que o apoio dos assalariados e das classes médias baixas é de primordial importância. A classe trabalhadora certamente não tem uma “essência” revolucionária e é inegável que alguns de seus setores aceitam orientações políticas reacionárias (grupos racistas, sexistas etc.); no entanto, também é incontestável o fato de que “a grande maioria dos trabalhadores organizados sempre demonstrou forte resistência a partidos e movimentos de extrema-direita”. Ao contrário, uma grande parte da classe trabalhadora tem dado apoio a partidos de esquerda que prometem mudanças sociais de longo alcance. Para Miliband, os próprios conservadores bem sabem que – longe de se constituir em massa amorfa hipnotizada pelo consumo – a classe trabalhadora “continua sendo potencialmente perigosa”. Observa que, em determinadas cir-

cunståncias, conquistas sociais deixaram de ocorrer porque as lideranças de esquerda ou os próprios governos socialistas decidiram ser mais “sensatos”, assumindo posições de recuo em vez de lutar por maiores conquistas. Partidos de esquerda, que tenham a capacidade de construir amplas coalizões como os novos movimentos sociais (construir uma “síntese entre o vermelho e o verde”), continuam tendo papel decisivo como instrumento potencial, se não real, do avanço socialista.

Miliband tem plena consciência de que um governo popular terá de enfrentar sistemáticas e permanentes resistências. Desta forma, critica os autores de esquerda – como Nove e outros – que abstraíram essa realidade. Assim, enquanto os “revolucionários” tendem a subestimar “o que é possível fazer no âmbito da democracia capitalista”, os social-democratas, por sua vez, “fecham os olhos” para a gravidade dos obstáculos. Resistências virão do Estado e fora dele – do Judiciário, do Parlamento, do empresariado, dos órgãos de inteligência e das Forças Armadas, de setores da sociedade civil (meios de comunicação, Igrejas, grupos neofascistas etc.). Em face desta realidade, o governo socialista deveria adotar uma política que combinasse *firmeza* com *flexibilidade*. Ou seja, não se deve desviar dos compromissos básicos, mas é preciso ter a *virtu* de buscar acordos fora de suas fileiras. Os exemplos do governo socialista da Grécia (1967), do golpe contra Allende

no Chile (1973) e dos recuos do governo Mitterand na França (1981) são invocados; no entanto, pouco se avança na discussão sobre a transição ao socialismo a partir desses casos bem como das sugestões inspiradas em Maquiavel*.

Ressalte-se também que Miliband não deixa de reconhecer obstáculos no plano mundial: certamente o FMI, o Banco Mundial e demais organismos financeiros internacionais não teriam nenhum interesse em ver prosperar um governo socialista. O autor, no entanto, considera que é “falta de visão” considerar irrefutável que o predomínio das ortodoxias neoliberais durará indefinidamente; com o declínio do poder econômico dos EUA, tais organismos certamente deixarão de ter o poder que no momento apresentam na cena mundial. A esquerda no governo precisa impor medidas que protejam suas economias nacionais: controle cambial, controle dos fluxos financeiros, repúdio às restrições comerciais impostas pelo GATT etc. O Estado, nessa perspectiva, deve ter força para promover as transformações econômicas, sociais e políticas requeridas pelo programa socialista; inclusive, para que o governo possa se manter e se consolidar. Neste sentido, o governo socialista não deveria hesitar em lançar mão de poderes especiais para fazer o que for necessário para lidar com situações de crise e de emergência, “como também para enfrentar ações ilegais, muitas vezes de natureza violenta”, provocadas pelos setores anti-socialistas.

* Significativa é a epígrafe do livro, retirada de *O Príncipe*. Nela, Maquiavel adverte que muitas são as dificuldades enfrentadas pelo reformador que busca criar uma “nova ordem de coisas”. Enquanto os favorecidos pela nova ordem são tíbios em sua defesa, os prejudicados têm as leis e o hábitos antigos ao seu lado contra as mudanças em curso.

O governo socialista precisa contar com maciça adesão popular – desde sua assunção ao poder e durante todo o seu mandato. Para que isto possa acontecer, torna-se necessário que sua política, desde o início, contribua para melhorar efetivamente as condições de vida das grandes majorias em todos os planos da vida social. O governo popular, afirma Miliband, deveria executar essa tarefa com o mesmo espírito que os governos capitalistas enfrentam as guerras.

Diante da objeção que considera ser um contra-senso a tese da realização do “socialismo num só país”, o autor afirma que “é possível um governo socialista avançar no processo sem ficar à espera da revolução mundial, mas, por outro lado, é óbvio que, quantos mais governos socialistas subam ao poder e ajam na mesma direção, maiores (seriam) as probabilidades de cooperação e ajuda mútua, facilitando-se assim o processo”.

VI. *Socialismo & ceticismo* é um argumento racional pelo socialismo que investe na ação política e na luta ideológica (tarefa da “anti-hegemonia” em que os intelectuais socialistas têm um papel relevante). A pecha de “socialismo reformista” certamente lhe será atribuída por alguns de seus leitores. A rigor, esta crítica não seria inteiramente arbitrária, notadamente pela ausência de qualquer discussão sobre a exigência (ou não) da revolução na luta pelo socialismo. No entanto, seria uma leitura empobrecedora

do livro magnificar este juízo. Estamos diante de um texto inteligente e provocativo, pois contribui para levantar novas interrogações e questionar as certezas, consoladoras, mas nunca dialéticas. Alguns poderão criticar seu humanismo, o conteúdo ético de suas formulações e os sonhos que daí derivam. Mas, ainda assim, o autor não deixaria de estar na companhia de pensadores revolucionários conseqüentes. Em *Que fazer?*, Lenin observou que “o desacordo entre os sonhos e a realidade não implica mal algum, desde que o sonhador acredite seriamente em seu sonho, fixe-se atentamente na vida, compare suas observações com seus castelos de cartas e trabalhe escrupulosamente para a realização de suas fantasias”.

Contra o ceticismo e o cinismo dos intelectuais, à esquerda e à direita, afirma-se que “não faz sentido acreditar que homens e mulheres que, graças à revolução nos meios de comunicação, *sabem* que há uma vida diferente para ser vivida não tentem, com o tempo, alcançar uma vida diferente e melhor (...) Uma nova ordem social em que democracia, igualitarismo e cooperação – valores essenciais do socialismo – venham a ser os princípios prevalecentes da organização social”. Assentado em bases materialistas, o humanismo militante de Ralph Miliband entende que o socialismo seria o resultado da conjugação de uma *possibilidade objetiva* e de uma *exigência ética*, na melhor tradição dos clássicos do marxismo.

TOLEDO, Caio Navarro de. Resenha de: MILIBAND, Ralph. Socialismo e Ceticismo. Trad. Ivone Benedetti. São Paulo: Unesp, 2000, 295 p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 129-134.

Palavras-chave: Socialismo; Nova ordem social; Capitalismo.